

Síntese
2 de fevereiro de 2026

Diário Oficial da União – Edição 22 – Seção 1 – p. 194

Órgão: Ministério Público da União/Ministério Público Militar/Procuradoria-Geral de Justiça Militar/Secretaria da Procuradoria-Geral de Justiça Militar

PORTARIA Nº 45/DG/SEC/MPM, DE 26 DE JANEIRO DE 2026

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelas Portarias PGJM nº 290, de 5 de dezembro de 2013, combinada com a Portaria nº 96/PGJM, de 15 de abril de 2024, resolve:

Art. 1º Subdelegar ao Diretor do Departamento de Gestão de Pessoas a prática dos seguintes atos administrativos, no âmbito do Ministério Público Militar:

I - Homologar direitos definidos em Lei, relativos a licenças e afastamentos:

a) por 1 (um) dia, para doação de sangue (art. 97, I, da Lei nº 8.112/1990);

b) por 2 (dois) dias, para alistamento eleitoral (art. 97, II, da Lei nº 8.112/1990);

c) por 8 (oito) dias consecutivos em razão de casamento, bem como de falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos (art. 97, III, "a" e "b", da Lei nº 8.112/1990 e artigo 203, I e II, da LC 75/1993);

d) licença à gestante (licença-maternidade) e licença à adotante, e suas respectivas prorrogações, conforme artigos 207 e 210, ambos da Lei nº 8.112/1990, artigo 223, III, da LC 75/1993 e Lei nº 11.770/2008, Portaria PGR/MPU nº 510/2008 e Portaria PGJM Nº 281/2011 e Portaria PGR/MPU Nº 563/2013); e

e) licença-paternidade por 5 (cinco) dias consecutivos, prorrogáveis por mais 15 (quinze), em razão do nascimento, adoção ou guarda judicial para fim de adoção (art. 208, da Lei nº 8.112/1990, artigo 223, IV, da LC 75/1993 e Portaria PGR/MPU Nº 36/2016).

II - Promover inscrição ou cancelamento de dependentes, para fins de concessão de auxílio pré-escolar, de auxílio-natalidade e de Imposto de Renda;

Síntese

2 de fevereiro de 2026

III - Deferir a fixação, alteração, interrupção ou suspensão de gozo de férias de servidores;

IV - Conceder adicional de qualificação;

V - Autorizar a averbação de tempo de contribuição de servidores;

VI - Restabelecer a jornada integral;

VII - Conceder abono de permanência de servidores;

VIII - Conceder horário especial de estudante lotado na Procuradoria-Geral de Justiça Militar;

IX - Conceder horário especial ao servidor portador de deficiência, quando comprovada a necessidade por junta médica oficial;

X - Apresentar os servidores para as respectivas unidades de lotação;

XI - Conceder auxílio-funeral;

XII - Autorizar a participação em curso de formação;

XIII - Conceder licença capacitação;

XIV - Conceder promoção funcional;

XV - Conceder progressão funcional;

XVI - Autorizar a inclusão em folha de pagamento, após a publicação do ato de designação, da gratificação por exercício cumulativo de ofício;

XVII - Homologar reconhecimento de licença-prêmio de servidor;

XVIII - Assinar os Termos de Convênio e de Compromisso de Estágio;

XIX - Autorizar lotação de servidores.

Art. 2º O Diretor-Geral da Secretaria poderá praticar, sempre que julgar necessário, os atos previstos no artigo anterior, sem prejuízo da presente subdelegação.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 441/DG/SEC/MPM, de 27 de junho de 2017.

ANTÔNIO CARLOS ALVES COUTINHO

Síntese
2 de fevereiro de 2026

Diário Oficial da União – Edição 22 – Seção 2 – p. 94

Órgão: Ministério Público da União/Ministério Público Militar/Procuradoria-Geral de Justiça Militar/Secretaria da Procuradoria-Geral de Justiça Militar

PORTARIA Nº 65/DG/SEC/MPM, DE 29 DE JANEIRO DE 2026

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 124, inciso XX, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e pelo artigo 1º, inciso I, da Portaria nº 290/PGJM, de 5 de dezembro de 2013, resolve:

Dispensar o militar JOÃO VICTOR ALMEIDA RODRIGUES, cedido do Comando da Aeronáutica, matrícula nº 2034-6, da Função de Confiança de Assistente I, Código FC-1 (66202), da Procuradoria de Justiça Militar no Rio de Janeiro/RJ, a contar de 29 de janeiro de 2026.

ANTÔNIO CARLOS ALVES COUTINHO

PORTARIA Nº 66 /DG/SEC/MPM, DE 30 DE JANEIRO DE 2026

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 124, inciso XX, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e pelo artigo 1º, inciso I, da Portaria nº 290/PGJM, de 5 de dezembro de 2013, resolve:

Nomear GILBERTO BARROS SANTOS, sem vínculo, matrícula nº 2091-5, para exercer o Cargo Comissionado de Assessor IV, Código CC-4 (65816), da Procuradoria-Geral de Justiça Militar.

ANTÔNIO CARLOS ALVES COUTINHO

Diário Oficial da União – Edição 22 – Seção 3 – p. 223

Órgão: Ministério Público da União/Ministério Público Militar/Procuradoria-Geral de Justiça Militar/Secretaria da Procuradoria-Geral de Justiça Militar/Departamento de Administração

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie:

19.03.0000.0002343/2025-48. Contratante: Ministério Público Militar. Contratada: THIAGO DIEGO NASCIMENTO SILVA. CNPJ: 27.212.325/0001-94. Finalidade: Alteração do preâmbulo e prorrogação do prazo de vigência do Contrato de prestação de serviços continuados de manutenção do sistema de climatização da Procuradoria de Justiça Militar em Recife/PE. Vigência: 1o/2/2026 a 31/1/2028. Data de assinatura: 30/1/2026. Assinam: Antonio Carlos Alves Coutinho, Diretor-Geral, pelo MPM e Thiago Diego Nascimento Silva, pela contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 4o Termo Aditivo ao Contrato no 16/2022-MPM. Processo no: 19.03.0000.0004584/2023-21. Contratante: Ministério Público Militar. Contratada: PHERTAS SEGURANÇA EIRELI. CNPJ: 25.156.576/0001-73. Finalidade: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato de prestação de serviços de vigilância armada na Procuradoria de Justiça Militar em São Paulo/SP. Vigência: 14/3/2026 a 13/3/2027. Data de assinatura: 28/1/2026. Assinam: Antônio Carlos Alves Coutinho, Diretor-Geral, pelo MPM e Douglas Feliciano, pela contratada.

Síntese

2 de fevereiro de 2026

Órgão: Ministério Público da União/Programa de Saúde e Assistência Social

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 1o TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO No 2.193/2023 Credenciários: União Federal por intermédio do MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e HENRIQUE TOMMASI NETTO ANÁLISES CLÍNICAS LTDA, CNPJ no 28.133.312/0001-92. Objeto: inclusão de uma cláusula no Anexo II. Vigência a partir de 22/01/2026. Assinatura: pelo Credenciante SANDRA CRISTINA DE ARAÚJO (Diretora Executiva Adjunta) e ANTONIO ROGERIO DA SILVA (Diretor Administrativo Substituto) e pelo Credenciado BRUNO OTTONI TOMMASI (Sócio Proprietário). Processo no 1.17.000.000844/2023-01.

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO No 1.037/2025

Termo de Credenciamento no 1037/2025, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e o INSTITUTO ORTOPÉDICO DA TIJUCA LTDA (IOT), CNPJ: 32.093.775/0001-45, para prestação de Serviços Médicos e Paramédicos. PGEA: 0.03.000.036740/2025-39. Vigência: 30/01/2026 a 29/01/2031. Assinatura: pelo Credenciante SANDRA CRISTINA DE ARAUJO (Diretora Executiva Adjunta) e HERBERT DUTRA DA SILVA (Diretor Administrativo) e pelo Credenciado LEANDRO VIEIRA DA ROSA e LISZT PALMEIRA DE OLIVEIRA.

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO No 1.079/2025

Termo de Credenciamento no 1079/2025, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e a FERNANDA BARACAT AMORIM, CPF: 953.***.***-20, para prestação de Serviços Odontológicos. PGEA: 0.03.000.037499/2025-65. Vigência: 29/01/2026 a 28/01/2031. Assinatura: pelo Credenciante SANDRA CRISTINA DE ARAUJO (Diretora Executiva Adjunta) e HERBERT DUTRA DA SILVA (Diretor Administrativo) e pelo Credenciado FERNANDA BARACAT AMORIM (Administradora).

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO

Termo de Credenciamento no 896/2024 (PGEA-0.03.000.058043/2024-58), celebrado entre o Ministério Público da União e CLÍNICAS INTEGRADAS LTDA, CNPJ 13.282.467/0001-13 Objeto: Prestação de serviços médicos e paramédicos aos membros, servidores e respectivos dependentes, bem como aos pensionistas do Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Militar e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, por um período de sessenta meses, a partir de 13/01/2026. Modalidade: Inexigibilidade de licitação - "Caput" do artigo 25, da Lei 8.666/93. Assinaturas: Sandra Cristina de Araújo, Diretora Executiva do Plan-

Síntese
2 de fevereiro de 2026

Assiste/MPU, Herbert Dutra da Silva, Diretor Administrativo do PlanAssiste/MPU, Kissiawani Lobato Silva, pelo Credenciado.

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO No 930/2025

Termo de Credenciamento no 930/2025, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e o CENTRO DE
